

A contribuição de Max Weber, aspectos teóricos e metodológicos de seu pensamento e as suas influências na teoria política contemporânea

Gabriel Augusto Miranda Setti¹



10.56238/rcsv14n5-014

RESUMO

O que será abordada nesse trabalho é a importância da contribuição de Max Weber para a teoria política contemporânea, através do exame de alguns aspectos principais da sua teoria e da sua metodologia de análise do mundo social e político. Se tentará também estabelecer algumas conexões entre a contribuição weberiana e algumas correntes de pensamento que surgiram posteriormente. Destacar-se-á sucintamente a influência desse autor no pensamento liberal e na corrente pluralista. Privilegiar-se-á assim a corrente do que se chama hoje por pluralismo, talvez pelo fato de que essa seja um dos principais reflexos do pensamento de Max Weber na contemporaneidade, ou talvez porque permite, uma maior gama de elementos para a discussão da teoria desse cientista social.

Palavras-chave: Max Weber, Pensamento Weberiano, Teoria Política Contemporânea, Pluralismo.

¹ Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas
Líder do Grupo de Pesquisa Cidadania e Políticas Públicas
Email: gabriel.setti@ics.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

O que se tentará clarificar nesse artigo é sobre a importância da contribuição de Max Weber para a teoria política contemporânea, através do exame de alguns aspectos principais da sua teoria e da sua metodologia de análise do mundo social e político. Se tentará também estabelecer algumas conexões entre a contribuição weberiana e algumas correntes de pensamento que surgiram posteriormente. Destacar-se-á sucintamente a influência desse autor no pensamento liberal e na corrente pluralista. Privilegiar-se-á o que se chama hoje por pluralismo, talvez pelo fato de que essa seja um dos principais reflexos do pensamento de Max Weber na contemporaneidade, ou talvez porque permite, uma maior gama de elementos para a discussão da teoria desse cientista social.

Falar sobre Max Weber não é muito fácil, haja visto que muitas vezes existe, na academia, uma preponderância do marxismo ortodoxo, que acaba simplesmente por suprimir o pensamento de Weber. Apesar disso não se pode ignorar a grande influência desse pensador nas ciências sociais, notadamente no pensamento político liberal.

2 DESENVOLVIMENTO

Há também uma certa dificuldade de se analisar a contribuição weberiana sem contrapô-la ao pensamento de Marx. Quase sempre ao se falar em Weber se utiliza o recurso de compará-lo com Marx, estabelecendo assim, na maioria das vezes, as diferenças das abordagens e interpretações de cada um, acerca da realidade social. É fato que esses autores possuem concepções bastante divergentes acerca do estudo e compreensão do mundo social, mas o que se tentará neste ensaio é demonstrar mais estritamente o pensamento de Weber, privilegiando suas contribuições para a ciência política.

É claro que por algumas vezes serão feitas referências comparativas a respeito desses autores, pois essa é uma ferramenta que em muitos casos contribui com a clarificação dos temas debatidos. Mesmo assim o que se privilegiará será o pensamento social weberiano, suas características e seus pressupostos.

Passemos então a um delineamento dos principais conceitos de Max Weber e a caracterização de sua abordagem sociológica. Para começar, pode-se destacar alguns dos principais conceitos utilizados por ele em suas diversas obras, **tais como: objetividade nas ciências sociais, tipos ideais, individualismo metodológico, Estado e burocracia, tipos de dominação e a questão da legitimação.**

De início seria imprescindível discutir os pressupostos de sua teoria. E para falar em pressuposto, não se pode deixar de lado o fato de que, para Weber, o mundo sensível, mundo esse com o qual as ciências sociais se defrontam, é um mundo praticamente infinito, infinitamente complexo e nunca poderá ser apreendido na sua totalidade pelo cientista. A realidade é, para Weber, composta de

uma infinidade de relações causais que se manifestam no mundo, mas que de nenhuma forma podem ser captadas na sua totalidade pelas ciências sociais. Nesse ponto pode-se dizer que Weber se aproxima e muito do pensamento kantiano².

Ainda sobre essa questão, pode-se dizer que Weber tinha a crença de que mesmo apesar dessa dificuldade, era possível a construção de uma ciência social racional e rigorosa. Dessa forma ele retirava a sublime supremacia do pensar histórico e holístico para dar ênfase a uma ciência social baseada no individualismo metodológico, que será discutido logo em seguida.

E, se o mundo é um poliedro praticamente impossível de ser descrito ou estudado na sua exaustão, o que resta ao cientista social é procurar uma relação de causa e efeito, dentre tantas que existem, e tentar entendê-la. Mas poderia se perguntar como se fazer tal escolha se existem tantos fenômenos sociais a serem entendidos? Bem, Weber considera que é justamente nesse momento que entra em cena todo o arcabouço de valores e convicções subjetivas do pesquisador. É nesse momento que a estrutura valorativa do indivíduo serve como um fiel da balança para o cientista social. É a partir disso que o pesquisador vai privilegiar tais ou quais objetos a serem desvendados no mundo social e procurará estabelecer assim alguma relação causal entre eles.

A objetividade, nesse contexto, não deve ser afetada, nem muito menos a busca causal deve ser suprimida e substituída pela intuição. Mesmo embora os julgamentos de valor possam de certa forma interferir no debate científico, não podem ser validados pela investigação científica.

Weber rejeita, de toda forma, o fato de se considerar a história como possuidora de leis universais, principalmente explicações unifatoriais, como por exemplo, a explicação econômica. A história é, para Max Weber um instrumento que permite a identificação de probabilidades, nada mais que isso. Para corroborar com essa explicação, podemos citar as palavras do próprio Weber, no fim do livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” em que o autor diz:

“Aqui, apenas tentamos traçar os fatos e a direção de sua influência (da ética protestante) a partir de apenas um, embora importante, ponto de vista. Contudo, será também necessário investigar como o ascetismo protestante foi por sua vez influenciado em seu desenvolvimento e caráter pelo conjunto de condições sociais, e especialmente econômicas.”(WEBER, 2002, p.132).

Nesse pequeno trecho do livro fica claro que Weber não prima por encontrar apenas uma causa para o desenvolvimento do capitalismo, que no caso da pesquisa acima ele considerou o ascetismo

² Quando se fala em pensamento kantiano refere-se que Weber está muito mais comprometido com esse filósofo, do que com outros como Hegel, que no caso é uma das fontes em que Marx bebeu, mas o que vem ao caso é que Kant também forneceu importantes pressupostos ao liberalismo, principalmente no que diz respeito ao Estado como moralmente neutro. Mas a conexão principal entre esses dois pensadores, que se pode e que se deve fazer nesse momento é a da epistemologia kantiana, na medida em que para esse filósofo não se pode chegar ao conhecimento da coisa em si, mas apenas dos fenômenos que se manifestam na realidade. Sendo assim, esse pensamento se assemelha muito à concepção de Weber da realidade social, em que há uma infinidade de relações causais se dando concomitantemente, cabe então ao pesquisador eleger, a partir dos seus valores quais aspectos privilegiar na sua pesquisa.

protestante como uma dessas causas. Muito embora considerasse o protestantismo como um importante fator do surgimento do capitalismo, fator privilegiado por ele, não considerava esse fator como o único a ser pesado com relação a tal contexto. Levantava a importância de se observar outros fatores que possam ter interferido, uns mais, outros menos, em tal fenômeno social.

É para dar cabo da interpretação histórica, que segundo Weber é equivocada, que ele constrói como instrumento metodológico, os chamados “tipos ideais”. Os tipos ideais são “construtos” feitos pelo cientista, de forma abstrata, para que se possa compará-los com os fatos reais. O tipo ideal é a principal ferramenta metodológica de Max Weber, e se contrapõe ao método de se estudar as sociedades a partir duma visão histórica. A construção de tipos ideais acabou sendo o meio para que se pudesse relacionar um evento histórico às suas causas reais.

O tipo ideal weberiano é uma espécie de modelo feito pelo cientista, dentro do qual ele elenca as principais características de determinado evento, dando maior ou menor ênfase a cada elemento a ser estudado. É uma espécie de guia metodológico, que permite a esse modelo, construído logicamente, um confronto com as situações reais, tentando assim compreender quais as suas semelhanças e/ou diferenças entre eles.

É a partir desse instrumento heurístico que se constrói a metodologia weberiana, mas somam-se a esse aspecto também outros pressupostos do autor acerca da realidade social, aspectos esses que devem ser devidamente examinados. Partindo dos principais clássicos da teoria sociológica, Durkheim, Marx e Weber, observa-se importantes diferenças com respeito aos pressupostos da análise social de cada um.

Durkheim leva em conta a forte influência das instituições sobre o indivíduo. Ele acreditava que a sociedade é algo maior que a simples soma dos indivíduos. Segundo esse pensador ela (a sociedade) é uma “coisa” exterior aos indivíduos, que se impõe e de certa forma molda e comprime a conduta de cada um.

Sobre Marx, se poderia levantar aqui também uma infinidade de pressupostos, mas por hora seria importante destacar que para esse autor a ênfase principal é dada nas próprias relações sociais, que derivam do modo como a sociedade produz. Assim, o principal foco da análise marxista reside nas relações estabelecidas entre os indivíduos, a partir do modo como elas se organizam para produzir a sua vida material.

Por último, e retornando ao que interessa nesse ensaio, pode-se observar que a análise de Weber recai sobre o indivíduo, daí é que se engendrou o chamado individualismo metodológico. Enquanto em Durkheim o foco principal é o todo, para Weber a análise parte do individualismo, ou seja, é partindo da compreensão do indivíduo que se pode chegar a algum resultado nas ciências sociais.

Sobre o individualismo metodológico pode-se observar o que o autor Cohn diz a respeito:

“A importância fundamental da referência ao agente individual, nesse ponto, consiste em que ele é a única entidade em que os sentidos específicos dessas diferentes esferas da ação estão simultaneamente presentes e podem entrar em contato. Ou seja, se as diversas esferas da existência correm paralelas... a análise das relações entre elas(ou melhor, entre seus sentidos) só é possível com referência a essa entidade que as sustenta pela sua ação e é portadora simultânea de múltiplas delas:o agente individual.”(COHN, 1982, p.29)

Dentro desse conceito cabe destacar que há uma importante diferença entre “ação social” e “relação social”. Enquanto a primeira refere-se a um outro indivíduo e está orientada significativamente para esse outro (ou outros), a segunda diz respeito a uma conduta significada e compartilhada por muitos indivíduos. Por exemplo, o ato de cumprimentar uma pessoa é uma ação social, pois está direcionado para um outro, e possui uma significação individual, mas o fato de as pessoas se cumprimentarem mutuamente é uma relação social, já que é compartilhada por múltiplos indivíduos na sociedade.

O individualismo metodológico é, como se pode ver, um pressuposto de peso para Weber. É a partir dele que se pode entender outra parte importante da sua teoria, a questão do Estado.

A definição de Weber sobre o Estado auxilia e muito o exercício de compreensão deste trabalho. Em seu livro, “Ciência e política: duas vocações” ele diz:

“Entretanto, nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.” (WEBER, 2002, p. 60)

Se ele considera o Estado como o elemento da sociedade que possui o privilégio do uso legítimo da força em um dado território há algo que cimenta essa relação de dominação e ele busca fundamentar como isso se dá.

Ele define três razões que justificam a dominação e conseqüentemente fundamentam a sua legitimidade. O primeiro deles é o “poder tradicional” validado pelo hábito e pela tradição enraizado entre os homens pelo tempo. O segundo tipo de dominação se baseia no poder carismático, em que no lugar da autoridade do poder tradicional se destaca o carisma e os dons extraordinários do indivíduo. O líder carismático é sempre alguém prodigioso, especial ou mesmo excepcional, que possui uma grande devoção e confiança das pessoas.

Em terceiro, e o que se pode considerar como o tipo de dominação legítima mais importante, poderia se falar até em algo “mais legítimo” segundo Weber, que é o caso da dominação racional-legal, exercida pelo Estado. Para ele:

“existe a autoridade que se impõe pela ‘legalidade’, pela crença na validade de um estatuto legal e de uma ‘competência’ positiva, estruturada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outras palavras, a autoridade fincada na obediência, que reconhece obrigações concernentes ao estatuto estabelecido. Assim é o poder, tal qual exerce o ‘servidor do Estado’

atualmente e como o exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam.”(WEBER, 2002, p. 61)

O Estado é para Weber a consolidação de uma dominação racional, baseada em regras. E o papel dele é de ser pluralista (logo mais para frente se falará sobre a relação da teoria weberiana e o pluralismo), de força física e dominação legitimada, com a função de promover a competição e a distribuição do poder. É por sua essência racional, possui diferenças funcionais e de especialização e resulta em ordem, harmonia e eficiência. É nesse contexto de ordem e racionalidade do Estado que Weber destaca o papel da burocratização como algo positivo.

Segundo Gerth e Mills o “*princípio da racionalização é o elemento mais geral da Filosofia da história de Weber*” (GERTH e MILLS, 1982, p. 68). E acrescentam ainda que “*a ascensão e queda das estruturas institucionais, os altos e baixos das classes, partidos e governantes implementam a tendência geral da racionalização secular.*” (GERTH e MILLS, 1982, p. 68). Dessa forma o desenvolvimento da burocracia estatal é algo essencial nessa “secularização” das sociedades, na medida em que há o desaparecimento gradual dessas estruturas míticas-mágico-religiosas para dar lugar às estruturas de dominação racionalizadas e baseadas em critérios de eficiência.

Ao contrário de Marx, que considerava o Estado como uma espécie de “comitê executivo da burguesia”, e anunciava em sua teoria um futuro sem ele, Weber acreditava que o Estado constitui elemento ímpar na consolidação das sociedades modernas, na medida em que simboliza o desenvolvimento da racionalização e a conseqüente substituição das formas de dominação “encantadas” por formas mais racionais, laicizadas e, portanto, mais legítimas.

Depois de se definir alguns conceitos imprescindíveis da teoria weberiana poder-se-ia perguntar então qual é a herança de tudo isso para a teoria política contemporânea? Quais são as correntes de pensamento engendradas em consonância com o pensamento de Weber?

Antes de tentar responder essa pergunta se faz necessária aqui uma pequena explanação acerca da teoria weberiana e a análise liberal. Analisando a teoria desse autor se pode encontrar a maioria dos pressupostos das teorias liberais contemporâneas. Embora muitas vezes haja uma tentativa de se velar a dicotomia que há nas teorias, de maneira mais geral, não se pode negar a existência de duas correntes básicas nos estudos políticos, desde muitos anos, que é a contraposição do marxismo, que privilegia uma abordagem histórica e holística e uma teoria baseada nos pressupostos weberianos e de outros autores, que leva em conta mais especificamente o indivíduo.

Isso significa que a teoria de Weber fornece o arcabouço teórico para a construção de um estudo que privilegie o indivíduo, e conseqüentemente isso leva a elaboração de um pensamento que prega um Estado liberal, ou seja, o Estado liberal deve ser o mais reduzido possível, deve interferir o menos possível nas liberdades do indivíduo. Ele atua somente como um guardião da liberdade dos cidadãos.

Há, no Estado liberal o prevalecimento da eficiência, baseado principalmente nas leis de mercado e no seu poder de autorregulação.

O individualismo metodológico é um conceito que encaixa perfeitamente nesse modelo de Estado, visto que é o indivíduo o principal foco desse tipo de construção, e é somente a partir dele que se pode chegar a uma compreensão da sociedade moderna, minimizando assim a presença e a interferência do Estado.

Voltando à tentativa de se responder à questão acima, pode-se dizer que, se a teoria de Weber influenciou a maioria das teorias liberais, em contraponto com as teorias marxistas, influenciou também outras correntes de pesquisa na ciência política. Sendo assim, em algumas delas, não se podem encontrar claramente os pressupostos desse autor, e por vezes são encontradas até mesmo algumas referências de teorias divergentes. Mas o que se quer encontrar é alguma teoria que seja derivada, pelo menos em maior parte, da teoria weberiana.

Destaca-se assim o pluralismo como uma escola que *“sustenta que a democracia tem por premissas a diversidade de interesses e a distribuição do poder. As teorias do pluralismo derivam do pensamento econômico e político liberal.”* (CHILCOTE, 1998, p. 377).

O pluralismo leva em conta a multiplicidade de grupos de interesse presentes na sociedade e a sua intensa disputa na arena política. O Estado atua como uma espécie de “filtro”, garantindo que essa demanda seja atendida, ou não, de forma a tentar estabelecer um equilíbrio consensual de poder na sociedade. Na corrente pluralista destacam-se vários autores, que muitas vezes divergem entre si. Dentre eles destacamos Pareto e Mosca, com suas teses sobre o elitismo e o pluralismo de Robert Dahl. Não cabe aqui explicar pormenorizadamente a teoria de cada um desses autores, haja visto que o principal intuito é o de demonstrar a influência de Weber na ciência política contemporânea.

Fica claro que a teoria pluralista é de uma forma ou de outra relacionada com as proposições de Weber, na medida em que privilegia os interesses dos indivíduos, mesmo que esses estejam inseridos em grupos de pressão. O principal a ser observado é o comportamento do Estado, como um espaço para se resolver e otimizar as demandas dos diversos interesses em jogo.

É também essencial entender o pluralismo como uma espécie de ideologia oficial do liberalismo democrático moderno, já que é a partir do entendimento de que há uma multiplicidade de interesses na sociedade a serem devidamente pesados e ajustados. É fato que para Weber, ao contrário de Marx, os interesses são subjetivos e idiossincráticos, não se configurando como algo meramente econômico. Segundo Chilcote, *“as teorias do conflito e do consenso postulam que todas as sociedades estão num estado de fluxo ou mescla entre a ocorrência de conflitos e a ocorrência de consensos.”* (CHILCOTE, 1998, p.385).

Nesse trecho Chilcote elucida outro importante fator, o consenso. É a busca do consenso, diante da variabilidade de interesses conflituosos, que caracteriza também a abordagem pluralista. É no pluralismo, que se leva em conta os diversos interesses que entram em disputa no campo político, referindo-se notadamente a atuação dos grupos. Daí o fato de que dificilmente poder-se-ia incorporar uma visão marxista de classes sociais nessa abordagem.

Obviamente há uma série de críticas a serem levantadas sobre a visão pluralista, as quais mereceriam talvez um outro ensaio. Mas não é difícil fazer aqui destaque de algumas. Primeiramente caberia a pergunta de que se esse modelo plural, que leva em conta interesses de grupos, não seria insuficiente para países subdesenvolvidos como o Brasil? E os indivíduos que não estão inseridos em grupos algum, como ficariam nessa história? Em um país com um nível de pobreza tão elevado, em que a maioria dos indivíduos carece até mesmo das mínimas condições de sobrevivência, será que esse modelo se aplicaria?

Outra pergunta que fica no ar, também muito importante acerca da crítica ao pluralismo, é a seguinte: será que esse modelo, aplicado a países de terceiro mundo como o Brasil não acaba por velar as injustiças sociais vigentes, com um discurso ideológico de que há na sociedade uma democracia substantiva levando em conta a infinidade de interesses? Seria uma forma de garantir e corroborar com o chamado liberalismo-democrático, que na maioria das vezes não tem muita coisa de democrático? Talvez essas perguntas podem ser vistas como um ranço da teoria marxista, mas devem ser devidamente pesadas para que se permita uma teoria mais límpida.

Outras questões poderiam ser colocadas sobre esse assunto, mas por hora o que já foi dito é satisfatório. É a partir do conjunto de idéias, pressupostos e pode-se dizer, da teoria weberiana que se tentou tratar da melhor forma alguns conceitos principais do pensamento desse autor.

3 CONCLUSÃO

Caminhando para o final deste trabalho, seria importante fazer um apanhado geral do que foi discutido, e as devidas conclusões acerca dos assuntos levantados. Primeiramente o que se tentou foi clarificar alguns conceitos principais da teoria weberiana. Essa empreitada tinha como objetivo definir mais especificamente alguns conceitos essenciais de Weber, na medida em que tinham alguma relação com a teoria política. Dentre eles alguns foram destacados e sucintamente explicados, como a objetividade do conhecimento nas ciências sociais, os tipos ideais, o individualismo metodológico, as formas de dominação e legitimação e finalmente a questão do Estado.

Ao definir esses termos o que se procurou foi elaborar um pequeno arcabouço teórico que permitisse compreender alguns pressupostos de Weber no estudo das sociedades. Após ter feito isso, partiu-se então para a busca de relações entre esse conjunto de premissas e a sua influência nas teorias

políticas liberais contemporâneas, que acabam por “tomar emprestados” vários conceitos desse sociólogo na elaboração de suas teorias.

Finalmente foi dada uma pequena explanação de alguns aspectos da teoria chamada pluralista, que leva em conta a multiplicidade de interesses de grupos no campo político. Algumas críticas foram levantadas sobre essa corrente de pensamento e de abordagem social. É claro que há uma gama enorme de teorias que poderiam ser examinadas à luz da teoria de Max Weber, a escolha da teoria de grupos se deu apenas pelo motivo dela ser um bom representante no que tange a esse assunto.

Talvez o que se deveria ficar mais claro é o fato de que a teoria de Weber possui forte influência nas teorias políticas contemporâneas, desde as mais liberais, até outras mais funcionais como a teoria dos sistemas. Mas o mais importante dessa história toda é que Weber deixa importantes contribuições para a teoria política, fornecendo pressupostos para as diversas teorias liberais, que atualmente reinam quase que absolutas, principalmente em âmbito global, o que se pode ser devidamente questionado e criticado, mas isso fica para uma próxima vez.

REFERÊNCIAS

CHILCOTE, Ronald H. Teorias de política comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHN, Gabriel. Max Weber: sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).

GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright. Max Weber: ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor).